A ARTE E A EDUCAÇÃO ESPECIAL

CLÁUDIA SIMÃO LEITE

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de relacionar a importância da inserção artística na educação especial, pois pode ser considerada um importante recurso para o desenvolvimento do ser humano, socialmente, afetivamente e no aspecto psicomotor. Refletindo sobre esses pressupostos, percebe-se que a arte é um caminho de inúmeras possibilidades permitindo as relações dinâmicas entre o meio e o educando, o educando e seus pares. É um caminho que possibilita o desenvolvimento cognitivo, biopsicossocial, cultural do aluno com deficiência com este estudo, foi possível compreender que a construção de uma escola inclusiva é um desafio, pois requer quebra de paradigmas, enfrentamento do desconhecido, aceitação do não saber e efetivar, na prática, os princípios que fundamentam uma escola inclusiva. Conclui--se que a inclusão é um dos possíveis caminhos para se combater a desigualdade social, e que as atividades em arte desenvolvidas contribuam para o conhecimento e valorização da vida humana.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Deficiência; Terapia; Arte.

ABSTRACT

This article aims to relate the importance of the application of art in special education, because it is considered to be an important means for the development of the human being, socially, affectively and in the psychomotor aspect. Reflecting on these assumptions, one realizes that art is a path of innumerable possibilities allowing the dynamic relationships between the medium and educating, educating and their peers. It is a path that enables the cognitive, biopsychosocial, cultural development of students with disabilities with this study, it was possible to understand that the construction of an inclusive school is a challenge, because it requires breaking paradigms, facing the Unknown, acceptance of not knowing and effective, in practice, the principles that underpin an inclusive school. It is concluded that inclusion is one of the possible ways to combat social inequality, and that the activities in art developed contribute to the knowledge and appreciation of human life.

KEYWORDS: Inclusion; Disability; Therapy; Art.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão implica na elaboração de recursos e métodos pedagógicos que sejam acessíveis a todos os alunos, rompendo com todas as barreiras que possam limitar a participação do estudante por conta da sua particularidade. A educação inclusiva foi fundamentada no Brasil no século XX (Figueira, 2017). Antes disso o sistema brasileiro de educação era fragmentado em duas direções: A escola especial para alunos com qualquer tipo de deficiência e o ensino regular para alunos sem deficiência.

O ensino aprendizagem, da inclusão só tem a contribuir para a vida desse aluno. Tendo em vista que não há nenhuma outra metodologia de ensinar e aprender fora de um contexto escolar, apesar das diferentes origens socioeconômicas, culturais, religiosas, ou pessoas com diferentes deficiências e necessidades educacionais, precisam ser inseridas em uma inclusão garantida por lei, lei que deve ser inserida no ambiente escolar.

Cada estudante possui suas especificidades podendo ter maior ou menor dificuldade em determinados momentos da aula. Cabe a cada professora, munida de conhecimento artístico e pedagógico, conseguir desenvolver um plano específico para trabalhar com os alunos, e esse plano deve considerar a inclusão plena, em que os alunos com ou sem deficiência irão realizar um trabalho em conjunto, com adaptações (se necessárias).

Na arte temos uma grande aliada para a inclusão das crianças com deficiência, pois lhe proporcionam espaços para o autoconhecimento, ajudando no desenvolvimento global da criança, na socialização com seus pares e demais grupos sociais que frequentam, contribuindo de forma significativa para elevar a autoestima através de suas diversas linguagens com atividades como a colagem, a pintura, a escultura, o desenho, a música, a dança, o teatro onde permitem ao indivíduo expressarem-se de forma única e pessoal, rompendo barreiras, ultrapassando limites através do fazer artístico e suas possibilidades.

A escolha desse tema justifica-se pela relevância e preocupação com o desenvolvimento educacional da criança na escola, levando em consideração a diversidade e a construção de uma sociedade inclusiva, pois as escolas estão presas a conceitos que requerem mudanças, uma vez que os educadores não estão preparados para trabalhar com a inclusão de crianças com deficiência.

O debate sobre a inclusão educacional de pessoas com deficiência resgata uma questão essencial à constituição de toda a sociedade que se diz avançada: a forma como o ser humano vê e trabalha com as diferenças. Na medida em que avançam as formulações

teóricas e o desenvolvimento conceitual sobre os processos de ensinar e de aprender, motivando estudos de investigações na área da educação, e toda comunidade escolar, são chamados a reconhecer e considerar a diversidade. Mesmo assim, o respeito para com a diferença na escola ainda é exercício pouco praticado e muitos são os mecanismos dos qual esta tem se utilizado para ofuscar as expressões da diferença em seu cotidiano.

2. DESENVOLVIMENTO

Para esse ponto de discussão, consideramos importante marcar, inicialmente, que a publicação da Constituição Federal (CF) de 1988, contexto no qual os brasileiros e brasileiras lutavam por uma sociedade mais democrática e ensejavam uma educação para todos e todas, trouxe grandes avanços sobre a educação às pessoas com deficiência, garantindo o direito à educação, a não discriminação, à igualdade de acesso e permanência e à dignidade da pessoa humana além de prever a oferta de ensino, preferencialmente, na rede regular de ensino. Tal contexto nos leva a pensar em uma educação que acolha a todas as pessoas, sem distinção.

A Lei nº 9.394/96 estabelece as Diretrizes e Bases para Educação Nacional, onde a educação abrange todos os processos formativos desenvolvidos na vida familiar, no convívio humano, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996). Como um dos direitos fundamentais, a educação deve ser assegurada para educandos com necessidades especiais. O Art. 58º da LDB estabelece "a educação especial como modalidade de educação escolar e precisa ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educando com necessidades especiais " (BRASIL, 1996, p. 31)

Em 2001, a Resolução n. 2, do Conselho Nacional de Educação/CNE/CEB/2001, no art. 1. ["...] institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – LDBEN, em todas as suas etapas e modalidades", ratificando a obrigatoriedade dos sistemas de ensino como à matrícula de todos os alunos. Às escolas cabiam a organização para o atendimento da heterogeneidade do alunado, assegurando-lhe as condições educacionais necessárias.

Em 2007, o Decreto n. 6.094 tratou da implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, estabelecendo, como uma de suas diretrizes, a garantia do acesso e permanência das pessoas com deficiência na rede educacional regular, reforçando sua inclusão nas instituições de ensino públicas. (BRASIL, 2007) Na sequência, em 2008, foi publicada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, a qual definiu como metas o acesso, a participação e a aprendizagem de educandos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades e superdotação no sistema de ensino regular, os quais devem estar preparados para as necessidades educacionais especiais.

Tendo hoje, a Lei nº 13.146 de seis de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) é direito do portador de deficiências a inclusão do mesmo nas escolas. A Lei enfatiza que as instituições de ensino devem assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, sem exceções.

Pessoti (2001) enfatiza que assegurar oportunidades iguais, no entanto, não significa garantir tratamento idêntico a todos, mas sim oferecer a cada indivíduo, meios para que ele desenvolva, tanto quanto possível, o máximo de suas potencialidades. Assim, para que o princípio da igualdade de oportunidades torne-se um fato, é indispensável que sejam oferecidas oportunidades educacionais diversificadas. O verdadeiro significado da igualdade de oportunidades repousa mais na diversificação que na semelhança de programas escolares.

Para o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), de 1991, do Ministério da Cultura, a definição de deficiência se dá por "a que permanentemente tem limitada a sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo", e pessoa com mobilidade reduzida "a que temporariamente tem limitada a sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo" (MAZZOTA e D'ANTINO, 2010 apud BRASIL, 2007). , pessoas que possuem incapacidades de realizar as atividades próprias do seu nível de desenvolvimento, podendo ser ela físicas, sensoriais ou intelectuais.

Entende-se que a deficiência é uma alteração estrutural do ser humano, tanto física como psicológica. Porém, a sociedade mostra claramente com atitudes e palavras que o homem é deficiente por natureza por já nascer com a maior de todas as deficiências, o preconceito, uma doença incurável, diante dos olhos da medicina, pois a única medicação capaz de curar uma doença tão deprimente é o amor ao próximo, e essa cura só virá por meio da amplitude do conhecimento (SILVA, SEABRA JR. e ARAÚJO, 2008).

Atualmente, o ensino de arte tem como finalidade desenvolver o pensamento artístico e a percepção estética, caracterizando no aluno um modo próprio de ordenar e dar sentido as suas expressões artísticas com sensibilidade, percepção e imaginação. A Arte proporciona aos alunos vivências e experiências que permitem liberar a criatividade, portanto na escola especial é uma ferramenta importante que permite o aluno com

deficiência um contínuo aprendizado através da cooperação e integração. Assim, pode se refletir a importância de trabalhar com os alunos da educação especial, a disciplina de Artes visuais direcionada para uma educação em que se prioriza o saber, ver e perceber, distinguindo sentimentos, sensações, ideias e qualidades contidas nas formas e nos ambientes. É interessante salientar o quanto a disciplina de Arte é capaz de transformar as pessoas e ajudar no desenvolvimento de deficientes, pois essas crianças precisam de atividades orientadas que estimulem suas habilidades cognitivas.

Em seus estudos Vygotsky (2006) destaca a arte como ato social, sendo que através dela o indivíduo pode conhecer e compreender os símbolos sociais, conforme observou:

...o conteúdo da obra começa a ser construído nas interações sociais, pois o indivíduo adquire os significados sociais e depois se apropria deles para construir seus conteúdos individuais. Essa característica torna a linguagem artística acessível também a pessoas com deficiência intelectual que, por meio dessas linguagens, podem expressar seus conteúdos internos e transmitir sua representação de mundo (apud CASARIN; CASTANHO, 2016, p.37).

A arte como instrumento de inclusão social pode e deve ser vista como fator presente nas diversas formas de desenvolver aprendizagens ligadas a diferentes áreas do conhecimento. Essa questão é abordada claramente pela interdisciplinaridade, ou seja, o diálogo entre uma ou mais disciplinas com o intuito de solidificar a aprendizagem através de oportunidades e de diferentes maneiras de entender e contextualizar os conteúdos escolares. Nesse sentido, pretende-se aqui tentar elevar a manifestação artística dos educandos para bem aprimorar seus conceitos quanto às faces da aprendizagem.

Ensinar Arte é mais do que ensinar cores e formas, é buscar identificação com a humanidade e proporcionar condições aos alunos, com necessidades especiais, de apreenderem o conhecimento constituído ao longo da história humana. Sendo assim, estudar Arte é importante para que eles conheçam a sua realidade e possam refletir e, consequentemente, agir conscientes sobre o mundo em que se encontram. Tendo em vista que se pode criar e construir algo novo, um novo olhar, nas relações sociais e na cultura, historicamente elaborada, sendo que "[...] não se cria do nada. A particularidade da criação no âmbito individual implica, sempre, um modo de apropriação e participação na cultura da história" (VIGOTSKI, 2009, p. 10).

O currículo e as propostas de trabalho devem ser reformulados e mais flexíveis e os professores podem então adaptar e utilizar métodos inovados para o bom desempenho de suas aulas. Devem levar para a sala de aula atividades que chamem a atenção do aluno fazendo com que ele se interesse pela proposta de trabalho.

Na educação formal, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) considera as Artes Visuais uma forma de linguagem e propõe de forma articulada seis dimensões do conhecimento. São elas:

- Criação, que atribui criações artísticas, realizadas sozinhas ou em grupos, busca aprender a solucionar problemas, realizar decisões e negociações;
- Crítica, que a busca por novos entendimentos do lugar em que vivem, através de pesquisas e conversas;
- Estesia, a qual atua com as emoções, sensibilidades e experiências sobre o lugar ou si mesmo;
- Expressão, desenvolvendo expressões individuais e/ou coletivas, a partir de criações artísticas;
- Fruição, que visa o conhecimento e a busca por novas perspectivas, artisticamente e culturalmente; e,
- Reflexão, que desenvolve a compreensão e percepção das fruições, com a observação de produções. Tais dimensões visam o desenvolvimento de conhecimento em arte de modo amplo, sendo abordadas com vistas ao desenvolvimento integral do estudante, a partir de unidades temáticas. (PACHECO, 2022, p. 13)

Essas dimensões buscam facilitar o processo de ensino e aprendizagem em arte, integrando os conhecimentos do componente curricular. Com o compromisso de garantir aos alunos as habilidades associadas à alfabetização e ao letramento, a Arte deve proporcionar o ingresso à leitura, à criação e à elaboração de múltiplas linguagens artísticas, colaborando para o desenvolvimento de habilidades associadas à linguagem verbal e não verbal.

As Artes visuais constituem-se uma linguagem muito importante, onde esta "possibilitam aos alunos explorarem múltiplas culturas visuais, dialogar com as diferenças e conhecer outros espaços e possibilidades inventivas e expressivas" (BRASIL, 2018, p. 195), e assim, "de modo a ampliar os limites escolares e criar novas formas de interação artística e de produção cultural, sejam elas concretas, sejam elas simbólicas" (BRASIL, 2018, p. 195). O documento pontua que as percepções e compreensões do mundo se dão por meio da aprendizagem, na pesquisa e no fazer artístico, permitindo que os sujeitos se tornem abertos às percepções e experiências, numa

perspectiva sensível, por intermédio da imaginação e da ressignificação do cotidiano, a partir das práticas rotineiras.

O fazer artístico possibilita ao aluno expressar seus gostos, vontades e costumes diante dos acontecimentos do mundo que os rodeiam. Esse fazer é técnico, o mesmo admite qualidade aos trabalhos criados, porém, traz uma forte carga lúdica, no qual a capacidade de recriar o mundo é infinita. O uso das diversas técnicas ao serem abordadas de forma correta pelo professor ao aluno permitirá uma habilidade ilimitada de possibilidades diante das coisas e do mundo que os rodeiam.

Assim, ofertar experiências e momentos ricos em sensibilização, criação e expressão, que podem ampliar a compreensão a respeito de si mesmo e de sua relação com o mundo. Assim, desenvolvem não só a percepção cognitiva como também a sensível do aluno, auxiliando na formação de pessoas mais humanas perante a sociedade, dessa forma, é possível desenvolver mais facilmente uma educação para todos.

O papel do professor de artes está de certa forma, explícito no manual do PCN Artes. O documento que apresenta os parâmetros curriculares nacionais é um dispositivo que tem como meta a garantia do desenvolvimento de uma educação artística que proponha um desenvolvimento crítico sobre aquilo que lhe é apresentado como arte. Partindo do princípio de que todo produto cultural é representativo de seu povo, as pessoas com necessidades especiais têm o direito de manifestar-se e mostrar o que está realizando aos demais.

Torna-se necessário um novo olhar sobre o preparo do professor para atuar junto ao aluno de forma consciente, sempre atento a sua prática pedagógica. Torna-se fundamental, também, que o aluno receba condições psicológicas, pedagógicas e materiais para que se expresse por meio das linguagens artísticas. Para a criança, as atividades lúdicas e a criatividade são bases necessárias para sua formação, observando se que a criatividade não pode ficar restrita as atividades de pintura, desenho, colagem, modelagem; ela deve perpassar todas as disciplinas, trabalhando-se a interdisciplinaridade.

Desta forma, o professor de artes procura viabilizar um diálogo cultural dentro do espaço escolar.

O papel do professor é importante para que os alunos aprendam a fazer arte e a gostar dela ao longo da vida. Tal gosto por aprender nasce também da qualidade da mediação que os professores realizam entre os aprendizes e a arte. Tal ação envolve aspectos cognitivos e afetivos que passam pela relação professor/aluno e aluno/aluno, estendendo-se a todos os tipos de relações que se articulam no ambiente escolar. (IAVELBERG, 2003, p. 10).

.

O professor precisa dar oportunidades para que o aluno se expresse de forma espontânea, pessoal, porém é importante que o mesmo consiga analisar o contexto da atividade e quais benefícios ela traz para o desenvolvimento da criança. buscando sempre novas técnicas e recursos para explorar a arte na sala de aula, contribuindo assim para o desenvolvimento do estudante.

Paulo Freire (1996) diz que o professor no início de sua formação, já assume o papel de sujeito da sua produção do saber, ou seja, é indispensável que o professor "se convença definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção" (FREIRE, 1996, p. 22). Assim, o professor é fundamental no papel de fazer a mediação entre os conhecimentos adquiridos ao longo da história e o saber cultural individual, é o elo entre o saber e o aluno, que o conduz a refletir e transformar a sua realidade.

CONCLUSÃO

As atuais políticas educacionais inclusivas propõem é o rompimento das inúmeras barreiras existentes nas escolas. No entanto, para que essas políticas inclusivas sejam aplicadas, é necessário inovar. Uma proposta é a flexibilidade curricular envolvendo as diferenças; essa abordagem que proponha um aperfeiçoamento do professor, melhoria da estrutura física da escola e, também, materiais para assegurar a permanência de todos os alunos. Isso requer uma reorganização das políticas escolares, o que envolve planejamentos, elaboração de currículos, a gestão da escola, entre outros.

No bojo da temática deste trabalho, pode-se concluir que a Arte nasce em cada indivíduo, fazendo parte deste e agindo de um modo terapêutico ao colorir e alegrar a sua vitalidade. Ela inspira, contagia, comunica e proporciona harmonia. Aperfeiçoa a cada um de nós ao longo dos anos até recebemos como uma disciplina específica escolar em sala de aula, constituindo uma minissociedade, repleta de personalidades que agem em suas particularidades e assim suas tendências em diversidade, que consequentemente desenvolvem-se as múltiplas formas que exploram o potencial que existe dentro de cada um de nós.

Assim sendo, arte possibilita a expressão e estimulação dos sentimentos, das emoções, da criatividade e imaginação, contribuindo assim para a formação de sujeitos com conhecimento de sua própria história, sujeitos críticos e participativos. Sujeitos capazes de comunicar sua visão de mundo sobre a natureza e a cultura mediante a expres-

são de significados criados por meio da arte. Além disso, facilita o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes regulares.

Deste modo, a arte desempenha um papel importante na formação do ser humano, que tem a capacidade de contribuir para que ele conheça a si próprio, os outros e, principalmente, o papel que ele ocupa na sociedade. Neste sentido, a arte é algo que faz parte da vida de todo ser humano, seja ele deficiência ou não, o que contribui para a ampliação de sua sensibilidade, criatividade e imaginação. Nestas situações vivamos as Artes como elementos fundamentais para a nossa formação e evolução.

Portanto, o valor da arte na educação especial é procurar estimular nos alunos a autoexpressão, possibilitando o desenvolvimento das potencialidades através da criatividade, flexibilidade, sensibilidade, reflexão e conhecimento. Na escola, a arte, significa abertura para a riqueza da própria vida. Quem tem oportunidade de conhecê-la terá uma vida mais expressiva, porque o seu ensino possibilita o despertar da criatividade, facilitando o desenvolvimento do pensamento artístico e da percepção estética.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ministério da Educação e do Desporto. Brasília: MEC 2018.

____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

_____. Ministério da Educação. Política nacional de educação na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2008

_____. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. 2007

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. São Paulo: Saraiva 9394/1996.

_____ Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CASARIN, S.; CASTANHO, M. I. S. Síndrome de Down e Arte: contribuições de Vygotsky. Boletim Academia Paulista de Psicologia, São Paulo, v. 36, n. 90, p. 31-47, 2016

FIGUEIRA, Emílio. O que é educação inclusiva. São Paulo: Brasiliense, 2017.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à prática educativa. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IAVELBERG Rosa. Para Gostar de Aprender Arte: sala de aula e formação de professores. Porto Alegre: ArtMed, 2003.

PACHECO, Gabrielle Borcelli. O Ensino de Arte nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: possibilidades. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) Universidade Federal do Rio Grande do sul. Campus Litoral Norte, Licenciatura em Pedagogia, Tramandal. BR-RS, 2022.

PESSOTI, Isaias. Sobre a gênese e evolução histórica do conceito de deficiência mental. In: Revista Brasileira de Deficiência Mental. Vol. 16, Nº 1, Florianópolis, 2001.

SILVA, Rita de Fátima da SEABRA JUNIOR, Luiz; ARAUJO, Paulo Ferreira de. Educação Física Adaptada no Brasil: da historia a inclusão educacional. São Paulo: Phorte, 2008.

VIGOTSKI, Lev Semyonovich. Imaginação e criação na infância: ensaio psicológico. 1. Ed. Apresentação e comentários Ana Luiza Smolka. Tradução de Zoia Prestes. São Paulo: Ática, 2009.